

**Artigo****O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS/MAB NA BACIA DO RIO CORRENTE: LUTAS E RESISTÊNCIAS EM DEFESA DOS DIREITOS DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS****THE MOVEMENT OF AFFECTED BY DAMS / MAB IN THE CORRENTE RIVER BASIN: STRUGGLES AND RESISTANCE IN DEFENSE OF THE RIGHTS OF THE AFFECTED POPULATIONS****EL MOVIMIENTO DE AFECTADOS POR PRESAS / MAB EN LA CUENCA DEL RÍO CORRENTE : LUCHA Y RESISTENCIA EN DEFENSA DE LOS DERECHOS DE LAS POBLACIONES AFECTADAS****Andreia Neiva  
Temóteo Gomes****Resumo**

Este artigo se destina a apresentar a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens, MAB na região Oeste da Bahia, nas bacias dos rios Corrente e Carinhanha, trazendo relatos da luta e resistência e organização dos atingidos em defesa de seus direitos e do meio ambiente. Traz um breve histórico da formação do território do oeste e algumas contradições e conflitos que fazem dessa região um lugar de lutas e enfrentamentos entre camponeses e empresas capitalistas pelo uso e apropriação das terras e das águas, sejam através da exploração pelas barragens, seja pelo agronegócio.

**Abstract**

This article aims to present the trajectory of the Movement of People Affected by Dams, MAB in Western Bahia, in the Corrente and Carinhanha rivers basins, bringing reports of the struggle and resistance and organization of those affected in defense of their rights and the environment. It brings a brief history of the formation of the territory of the west and some contradictions and conflicts that make this region a place of struggles and confrontations between peasants and capitalist companies for the use and appropriation of land and water, either through the exploitation by dams or by agribusiness.

**Resumen**

Este artículo tiene como objetivo presentar la trayectoria del Movimiento de Personas Afectadas por Presas, MAB en la región oeste de Bahía, en las cuencas de los ríos Corrente y Carinhanha, presentando informes sobre la lucha y la resistencia y la organización de los afectados en defensa de sus derechos y el medio ambiente. Trae una breve historia de la formación del territorio del oeste y algunas contradicciones y conflictos que hacen de esta región un lugar de luchas y confrontaciones entre campesinos y empresas capitalistas para el uso y apropiación de la tierra y el agua, ya sea mediante la explotación por represas o por agronegocios. .

**Palavras-Chaves:** MAB; Resistência; Organização; Luta.**Key words:** MAB; Resistance; Organization; Fight.**Palabras clave:** MAB; Resistencia; Organización; Pelea.

## INTRODUÇÃO

O Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB, é um movimento nacional organizado há 28 anos, presente em diversos Estados<sup>1</sup> brasileiros. A intenção dos autores nesses escritos é apresentar alguns elementos do processo histórico de organização e luta do MAB em municípios do Oeste da Bahia que compõem a Bacia do Rio Corrente e do Rio Carinhanha<sup>2</sup>.

Já foram realizadas diversas pesquisas sobre o MAB, sua organização, pautas, em distintas regiões do país, inclusive na região oeste, contudo essas pesquisas em sua maioria foram feitas por pesquisadores entusiastas, simpatizantes da luta dos/as atingidos/as, motivados por uma questão específica ou mesmo por projetos de pesquisas distintos, os resultados desses trabalhos nem sempre contribuem com o todo da organização. Há ainda os que analisam as contradições existentes no oeste baiano e tentam invisibilizar o movimento negando seu protagonismo ao excluir dos registros escritos os enfrentamentos dos atingidos por barragens. Assim pretende-se com esse trabalho fazer o registro histórico da resistência, luta e organização do movimento sob o olhar militante que contribuiu com a construção da organização.

O trabalho foi feito por meio da pesquisa militante, pois a produção de conhecimento não é algo neutro, serve a determinados interesses (Brandão 2006), e o que pretendemos é fazer o registro a partir da perspectiva da classe trabalhadora. A Produção de conhecimentos é atravessada pela perspectiva e formação do pesquisador, o discurso de neutralidade é vazio, e, por vezes, fortalece e permite a perpetuação de um mundo desigual.

A produção de saberes é, também, uma trincheira com projetos antagônicos em disputa. Isso porque o conhecimento científico é uma construção social, historicamente localizada. Como dimensão da vida social e humana é, necessariamente, contingente, isto é, temporal e espacialmente situado e vincula-se a relações sociopolíticas e estruturas econômicas determinadas, ligadas, por sua vez, a concepções de mundo específicas. É desde este entendimento que se invalida aquela universalidade que, aparentemente, permeia o discurso científico e descobre-se que toda ou todo o teórico ou cientista social está perpassado e reproduz interesses sociais e políticos, conscientes ou inconscientemente. A ou o pesquisador que toma consciência da ligação entre o conhecimento e as contradições sociais passa a questionar para que pesquisar, para quem produzir conhecimento e como se constrói ciência. (JAUMONT, VARELLA, 2016, p. 417)

Sob essa perspectiva e dialogando com os autores nos propomos a fazer esse registro/relato de experiência, pois a disputa se dá também no campo da história, relatando a trajetória dos sujeitos de luta que constroem o Movimento dos Atingidos por Barragens. Os dados, argumentos, fotos apresentadas são parte do acervo da organização e as informações foram coletadas a partir da

<sup>1</sup> PA, RO, AP, TO, PI, MA, CE, PB, PE, BA, GO, MT, MG, ES, RJ, SP, PR, SC, RS, DF.

<sup>2</sup> O Rio Carinhanha será objeto desse trabalho devido ao município de Cocos (município onde existe base organizada do MAB) compor as Bacias do Corrente e Carinhanha simultaneamente. Contudo, centraremos o detalhamento dos fatos na Bacia do Corrente.

experiência prática dos autores na construção, organização de todos os fatos discutidos.

Organizado em quatro partes, primeiro trazemos reflexões sobre o MAB, o território e os sujeitos de luta; segundo aspectos da resistência local à articulação no movimento nacional; terceiro a luta e resistência em defesa das terras e das águas e por último as considerações que não são finais, permanecem em aberto na roda da história que gira construídas pelas mulheres e homens em luta.

## **O MAB, O TERRITÓRIO E SEUS SUJEITOS**

O Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB é fruto das lutas de enfrentamento às contradições ao modelo hegemônico de produção energética imposta pelo grande capital. Inicialmente registramos várias ações e organizações isoladas em diversas regiões do Brasil, sempre motivadas pela implantação de grandes barragens, a exemplo dos enfrentamentos ocorridos na região Nordeste, quando da construção das barragens de Sobradinho e Itaparica, às margens do rio São Francisco; na região Norte com a usina de Tucuruí no rio Tocantins e, na região Sul com a construção de Itaipu<sup>3</sup> no rio Paraná e Itá e Machadinho na bacia do rio Uruguai, destacando como maiores ações de resistências e enfrentamento (ZEN, FERREIRA, 2012, p. 489).

Os enfrentamentos apresentados acima geraram articulações e experiências que ocasionaram na criação de um movimento nacional que reúne ribeirinhos, populações tradicionais, pescadores, camponeses (proprietários ou não), trabalhadores rurais e urbanos afetados de alguma maneira pelas construções das barragens, como explica Zen e Ferreira (2012).

Nasce como reação ao tratamento dado aos atingidos por barragens pelas empresas construtoras, governos e proprietários desses empreendimentos, mas representa também uma força de transformação social, pois sua ação por um novo modelo energético, dentro de um projeto popular para o Brasil, ultrapassa os territórios em que se constroem as barragens. Constitui-se como um movimento autônomo, de massa, com forte característica popular, além de manter uma organização horizontal e dinâmica com pouca estruturação burocrática. (Idem, op. cit, p. 487)

Por força da contradição em que surge, o MAB é na sua gênese um movimento defensor do meio ambiente e dos direitos humanos. Luta inicialmente em defesa dos direitos básicos das populações atingidas, mas no seu percurso configura-se com um movimento de luta social e política por transformações profundas na sociedade, enfrentando e questionando o sistema político e econômico vigente, mais precisamente representado pelo modelo energético, buscando garantir a dignidade de seus integrantes, bem como, de toda sociedade.

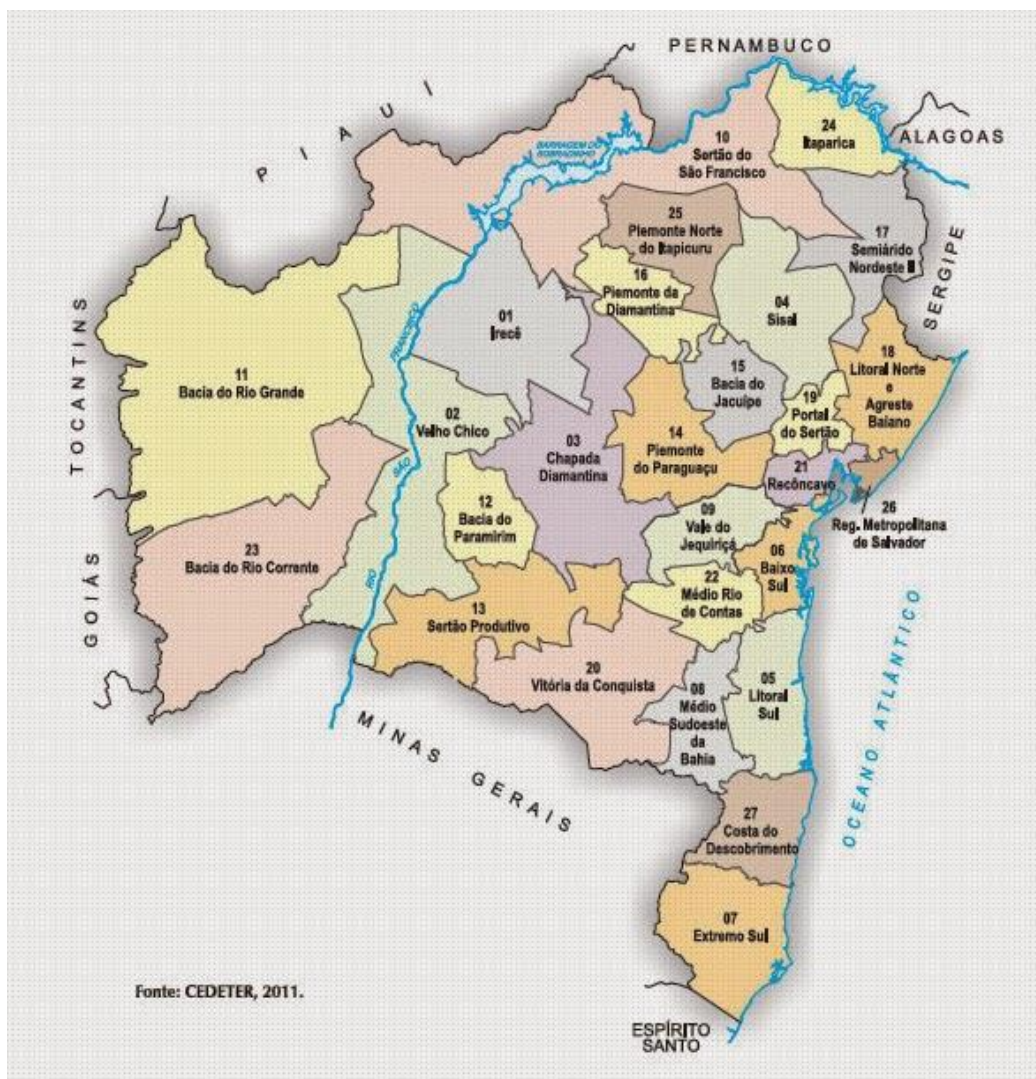
Em 1991 a articulação e organização do MAB se nacionaliza e, no final dos anos noventa, por ocasião de projetos de barragens no rio Formoso, chega

---

<sup>3</sup> Sobre o processo de luta e resistência dos atingidos na construção de Itaipu, ver o livro "Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu de Guiomar Inez Germani.

até o Território da Bacia do Rio Corrente<sup>4</sup>, um dos territórios de identidade do estado da Bahia, conforme apresentado nos mapas abaixo.

MAPA 1 - Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: [www.muraldoeste.com.br](http://www.muraldoeste.com.br)

<sup>4</sup> O Estado da Bahia organiza-se politicamente em Territórios de Identidade. O Território da Bacia do Corrente, possui uma área de 45.669,909 KM<sup>2</sup>, uma população de 200.819 habitantes conforme o senso de 2010. Desses, 46,4% (93.393) vivem na Zona Urbana e 53,5% (107.479) vivem na Zona Rural.

Mapa 2 – Território da Bacia do Rio Corrente



Fonte: [www.coegemas.blogspot.com](http://www.coegemas.blogspot.com)

A história do MAB na bacia do rio Corrente/Carinhanha é marcada por lutas, resistências e conquistas frente aos projetos capitalistas. Há mais de vinte anos que os/as ribeirinhos/as resistem às construções de barragens, esses debates serão retomados posteriormente.

A bacia do Rio Corrente é uma das sub-bacias do Rio São Francisco, cuja descoberta ocorreu em 1501. No ano de 1534 através da Carta de Évora, a Coroa Portuguesa, concedeu o domínio do território à Capitania de Pernambuco (posteriormente Província de Pernambuco) e estabeleceu os limites geográficos do litoral pernambucano ao Rio Carinhanha (Divisa da Bahia com Minas Gerais) e da margem esquerda às chapadas da Serra Geral e Espigão Mestre (Divisa com Goiás e Piauí). Permanecendo sob esse domínio até o ano de 1827, quando o território a partir dos limites da atual região de Juazeiro-BA, que faz divisa com Petrolina-PE foi anexado à Província da Bahia pelo Império Brasileiro em retaliação a Pernambuco devido à Confederação do Equador (BRANDÃO, 2009a. OLIVEIRA, 2014).

Sob a jurisdição da província baiana, as primeiras vilas criadas foram Carinhanha em 1832, e em relação ao território que se configura hoje como Território da Bacia do Rio Corrente, Correntina em 1866, Santa Maria da Vitória em 1880 e Santana em 1890. Todas a partir do desmembramento do território de Barra. Esse período foi marcado por inúmeros conflitos armados pela disputa/domínio do território. Essas décadas finais do século XIX, consolidaram

a presença dos Coronéis, “herdeiros das arraigadas tradições de posse advindas do período colonial,” como agentes de produção do espaço no Além São Francisco na região e inaugurou a presença do Estado (BRANDÃO, 2010b).

Só a partir da segunda metade do século XX, passando por um longo período sem uma reconfiguração geográfica, é que começam a se formar os outros municípios que integram a Bacia do Rio Corrente. Destaca-se os municípios onde o MAB se organiza. Em 1958, são criados os municípios de Coribe a partir de Santa Maria da Vitória e Cocos desmembrado de Carinhanha e Jaborandi é desmembrado de Correntina em 1985.

O período que compreende a administração da província e posteriormente do Estado da Bahia, imprimiu uma nova dinâmica econômica na região do Além São Francisco, entretanto, a presença do estado continuava tímida. As iniciativas que posteriormente colocarão esse território em evidência na economia baiana/nacional datam especificamente da segunda metade do século XX, mais sob a influência do governo Federal do que por políticas regionais.

No período da fundação da atual capital Brasília na década de 1960, é que a presença do estado começa a se materializar na região com abertura de estradas ligando o Nordeste ao Brasil Central através das BRs 242/020, e posteriormente na ditadura militar, são criadas políticas públicas de exploração do Cerrado através da agricultura mecanizada no período da revolução verde.

Com o advento das políticas públicas de incentivo à agricultura mecanizada, essa região começa a destacar-se no cenário estadual e nacional como uma fronteira agrícola, praticando uma intensiva exploração das terras com a introdução de tecnologias para produção em larga escala no cerrado baiano por meio das empresas do agronegócio, fato, que se tornou a porta de entrada para esse tipo de exploração no/do Cerrado no Nordeste brasileiro.

Muitas foram as políticas públicas, os financiamentos por parte do Estado na região para viabilizar o agronegócio. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a CODEVASF (Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), foram atores fundamentais nesse processo e entre as políticas de incentivo foi realizado o PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) que disponibilizava créditos para essa prática agrícola, além de projetos de Colonização, infraestrutura como irrigação, estradas... altera em um curto espaço de tempo a configuração agrícola, econômica e demográfica na região.

Entre as décadas de 70 e 80 uma nova ocupação no território devido aos incentivos políticos e econômicos com/para pessoas oriundas principalmente do Sul do país, provoca uma série de conflitos e uma nova reconfiguração no espaço. Brandão (2010b) pautando-se em estudo de Diniz (1982), afirma que

[...] o quadro que se desenhava com o surgimento de uma nova estrutura fundiária no início da década de 1980 era bastante conflituoso e resultava da atuação de três agentes de transformação, quais sejam: os agricultores individuais capitalizados, os agentes econômicos e o Estado. [...] “estas três forças produzem choques profundos em toda a área em que penetram. Conflitos diretos são gerados quando ‘gaúchos’, ‘paranaenses’ e empresas cercam áreas imensas dos Gerais e criam atritos com posseiros e agregados”. [...] Mas os conflitos não são apenas aqueles criados com violência física, mortes,

incêndios e destruição; o conceito precisa ser ampliado para englobar as desapropriações injustas, a compra de pequenas propriedades e de benfeitorias por preços ínfimos, que desestruturam o camponês e sujeitam-no ao assalariamento, à miséria, à fome e ao subemprego (DINIZ 1982, p. 133).

As observações descritas acima encontram convergência com Haesbaert (2002), que, ao analisar a presença de migrantes sulistas no Oeste Baiano, faz referência à relação conflituosa que existe entre os “gaúchos” e os nativos nordestinos. (BRANDÃO, 2010, p. 43)

Inúmeros foram os casos de grilagem<sup>5</sup> de terras, principalmente sobre as áreas coletivas, conflitos em torno da apropriação da terra e das águas no território entre os camponeses e os “novos” habitantes do território, causando expulsão de famílias de seu territórios e assassinatos de defensores dos direitos humanos e agricultores na região hoje denominada de Território de Identidade da Bacia do Rio Corrente. Nas duas décadas descritas acima foram pelo menos oito assassinatos<sup>6</sup>

Os camponeses, que somam 53,5% da população do referido território, ainda hoje, tem suas áreas consideradas como devolutas, terras sem registros/documento oficial, sejam as áreas individuais ou coletivas, o que favorece a ação das empresas no processo da grilagem. Um caso emblemático de grilagem no oeste é a matrícula conhecida como “matrícula 2280” datada de 1945, que deu origem a grande parte dos documentos de terra hoje reconhecidos pelos cartórios e que tem origem duvidosa. Os registros que se desdobraram a partir dessa matrícula somam quase 600 mil hectare de terras.

Em 2011, o governo da Bahia constatou que as terras tituladas com base no registro de 1945 extrapolam os limites de Correntina e espalham-se também pelos municípios de Santa Maria da Vitória, Coribe e Jaborandi. A descoberta foi feita por uma Ação Discriminatória Administrativa Rural, o instrumento legal usado pelo estado para identificar terras devolutas (SILVA, ALVES, 2018)

O Oeste da Bahia é uma região muito rica em água, onde encontram-se três grandes bacias afluentes do rio São Francisco, as bacias dos rios Grande, Corrente e Carinhonha, “além dos cursos superficiais que formam mais de 49 rios perenes” (VÁRIOS AUTORES, 2007, p 2). Esses 49 rios compõem as três bacias citadas, e vem gradativamente, sofrendo agressões que causam diminuição de suas vazões, devido principalmente à superexploração de suas águas e devastação dos gerais<sup>7</sup> pelas empresas do agronegócio.

---

<sup>5</sup> É a ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro. (<http://www.incra.gov.br/oqueegrilagem>, acesso dia 08 de abril de 2019)

<sup>6</sup> Dessas 8 pessoas defensoras dos direitos dos trabalhadores, 3 foram assassinadas em Coribe, 2 em Correntina, 2 em Santa Maria da Vitória e 1 em Canápolis.

<sup>7</sup> Termo popular/cultural/carinhoso pelo qual é conhecida a região/vegetação do Cerrado baiano.

Além dos problemas e ameaças aos territórios das comunidades pela grilagem, muitos povoados/comunidades que se firmaram às margens dos rios no decorrer dos séculos de ocupação, se veem ameaçadas por diversos projetos de barragens em todas as três bacias. Os casos que causaram conflitos mais intensos nos últimos períodos entre comunidades e empresas especificamente ocorreram no Rio Carinhanha e Rio Formoso, mas há inúmeros outros projetos.

Conforme dados do Geografar (2012) só para o município de Cocos, bacia do Rio Carinhanha tinham 12 barragens projetadas, dessas, duas geraram grande conflito com as famílias atingidas por que estavam em estágio avançado de estudo<sup>8</sup>, os projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs de Caiçara e Gavião no rio Carinhanha<sup>9</sup>. Outro projeto conflituoso é projeto da PCH de Arrodeador no Rio Formoso<sup>10</sup> (bacia do Rio Corrente). Estima-se que uma média de 1500 famílias seriam atingidas direta e indiretamente pelos três projetos de PCHs citados, considerando apenas o território baiano, uma vez que o Carinhanha estabelece os limites/divisa com o Estado de Minas Gerais. Há ainda projetos que não foram catalogados pelo Geografar, como o caso da PCH da Fazenda Diogo no Rio corrente, afetando direta e indiretamente famílias das comunidades de Aldeia, Caraíbas, Coragina e Nova Franca no município de Santa Maria da Vitória e as comunidades de Aldeia/Fazenda Diogo, Jenipapo e Silvânia no município de Correntina. Só nesse projeto de PCH no Rio Corrente seriam mais de 500 famílias atingidas.

Os atingidos organizados no movimento, mulheres, homens, jovens e crianças das bacias dos Rio Corrente e Carinhanha, são camponeses, que praticam a agricultura de subsistência, conservam em grande parte suas sementes crioulas, e tem uma relação afetiva com as águas, com os rios, para além das necessidades produtivas apenas.

Essa região antes denominada de além são Francisco, apresenta muitas riquezas naturais, com grandes extensões de terras, muita água e minérios a serem explorados na perspectiva de desenvolvimento capitalista. E no decorrer das últimas décadas, grandes empreendimentos se instalaram na região para produção agrícola, e isso demanda produção de energia, o que gera mais conflitos entre os verdadeiros donos do territórios e as empresas invasoras, os camponeses apesar de não terem documentos que comprovem a posse, estão nessas áreas há séculos.

É importante salientar que os planos de apropriação capitalista que ocorreram e ocorrem no oeste baiano não é fatalidade, nem uma questão isolada, obedecem às movimentações e são orquestradas pelo capital mundial, sejam para produzir por meio do agronegócio que é materialização do capitalismo no campo, ou, para gerar energia por meio das barragens e fazer a estrutura funcionar. Com esses dois movimentos apropriam-se das terras e das águas que antes pertenciam as comunidades e aos camponeses, e essas passam a ser propriedades privadas com aval e financiamento do Estado brasileiro.

Tanto a produção por meio do agronegócio, quanto a produção de energia elétrica trazem lucros extraordinários aos “donos do negócio” contudo a produção dessas riquezas não se traduzem em benefícios para a população local, principalmente para os que tem suas vidas afetadas drasticamente pelos

<sup>8</sup> As demais se fossem levadas a cabo, gerariam tanto ou mais conflitos.

<sup>9</sup> As comunidades começaram a ser assediadas no ano de 2012/2013.

<sup>10</sup> As comunidades começaram a serem assediadas pela empresa no ano de 2010/2011.



empreendimentos. Esses, se veem sem acesso a condições dignas de vida, em muitos casos tem suas vidas pioradas e situação de pobreza aumentada após serem atingidos.

Os atingidos organizados no MAB nas bacia dos rios já citados vão na contramão da história e acumulam mais de 20 anos de luta e resistência em defesa de seus territórios, não permitindo as construções de barragens e continuado seus modos de vida.

## **DA RESISTÊNCIA REGIONAL À ORGANIZAÇÃO NO MOVIMENTO NACIONAL**

As notícias de projetos de barragens para os rios do oeste são antigas, contudo a região só conheceu essa realidade concretamente no final dos anos 90 do século passado, quando foi apresentado para comunidades de Jaborandi e Coribe na beira do Rio Formoso os projetos de Usinas Hidrelétricas de Gatos e Sacos. Os trabalhos para a construção dessas barragens tiveram início e as pessoas das comunidades viviam grandes incertezas sobre seu futuro e o futuro do rio, foram feitas muitas reuniões entre os ribeirinhos por intermédio de Irmãs Franciscanas que atuavam na Paróquia de Jaborandi, as irmãs Kanashiro e Dolores. Que a partir do trabalho pastoral com as Comunidades Eclesiais de Base, articularam junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Comissão Pastoral da Terra, entre outras organizações, assessoria às comunidades para compreenderem a situação e pensarem as ações para a garantia dos direitos.

Devido às articulações feitas, aconteceram trocas de experiências entre ribeirinhos da beira do Rio Formoso e atingidos já organizados no MAB de outras regiões do Brasil, assim os atingidos do oeste puderam conhecer as consequências de barragens na vida das populações, e depois de processo de reflexão e construção coletiva, optaram por não permitirem a continuidade do projeto/obra. Durante uma audiência para definir a questão no ano de 2001 os ribeirinhos, mais de 600 pessoas se levantaram e praticamente expulsaram os representantes da empresa proponente do projeto na época do local da audiência. A situação ficou tão tensa, que algumas lideranças tiveram que intervir para que não acontecesse algo mais grave a integridade física dos representantes da empresa, que naquele momento eram vistos como inimigos, agressores do rio pelas comunidades presentes. Nesse dia foi feito um ato pelas ruas de Jaborandi com atingidos bradando “Terra e água sim, barragem não”. Tiveram muito enfrentamentos em momentos nas comunidades, trazemos o marco da audiência porque ficou no imaginário popular como um dia histórico. Observemos as fotografias abaixo cedidas do arquivo do MAB.



Fala de Atingido na Audiência Pública em 2001



Intervenção Popular na Audiência Pública em 2001



Intervenção Popular na Audiência Pública em 2001

Depois desse fato a empresa recuou e o projeto caducou perdendo a viabilidade. A partir dessa experiência, a notícia que se espalhou pelas beiras de rios da região serviu como exemplo para outras comunidades, e nos anos seguintes, mais comunidades foram assediadas por empresas barrageiras e a resistência e organização do MAB foi avançando para outros municípios como Santa Maria da Vitória, Correntina e Cocos. São mais de 21 anos de resistência e 20 anos de MAB na região.

Os atingidos do oeste baiano, depois de sua inserção no MAB, ajudaram a construir todos os momentos de definições da organização nos seus encontros nacionais, bem como dos processos de suas instâncias organizativas. Abaixo podemos observar dois momentos, a primeira fotografia retrata parte da delegação de atingidos do Oeste rumo ao 8º Encontro Nacional do MAB em 2017

no Rio de Janeiro, a segunda retrata um dos atos de rua com um coletivo de organizações urbanas e camponesas onde reafirmamos a nossa luta pela Soberania do país.

O que antes era uma resistência local/regional contra as barragens, a partir das articulações, transforma-se na resistência organizada do Movimento dos Atingidos por Barragens, que ao longo dos anos foi realizando mudanças no seu fazer organizativo, incorporando pautas políticas que vislumbram uma concepção de mundo e sociedade alternativa à sociedade capitalista. Matem-se a luta pelo direito de dizer não às barragens, pela garantia dos direitos dos atingidos e de toda classe trabalhadora, acrescenta-se a luta pela construção de um modelo energético e popular e por uma nova sociedade.



Arquivos do MAB, Bom Jesus da Lapa, 2017



Arquivos do MAB, Rio de Janeiro 2017

## A LUTA E RESISTÊNCIA EM DEFESA DAS TERRAS E DAS ÁGUAS

Nesses mais de 20 anos de luta e resistência contra as barragens na bacia do Corrente e Carinhonha a maior conquista dos atingidos é não ter permitido que nenhuma empresa levasse a cabo projetos de barragens na região, mantendo as suas terras sob seus domínios e os rios correndo livres de barramentos. Nos locais onde temos base organizada do/no MAB nenhum projeto conseguiu avançar, a luta do povo organizado tem prevalecido em detrimento aos interesses do capital.

Além da luta contra as barragens fazemos a luta em defesa dos Gerais/Cerrado e pelos rios, nossa identidade política é de atingidos, mas, na prática somos ameaçados por projetos de PCHs e todos os outros projetos de produção e infraestrutura previsto para a região. Assim nossa luta nos coloca na condição de defensores dos direitos humanos e ambientalistas, buscando garantir os direitos dos povos e um ambiente saudável com responsabilidade para manutenção da vida dessa e das futuras gerações. Defendemos os nossos interesses e os interesses da população em geral que depende das águas e dessas terras para sobreviverem e continuarem com seus modos de vida.

Por compreender o oeste como uma região que necessita de planos de desenvolvimento que considere seu povo, nos aspectos culturais, produtivos e sobrevivência de seu meio ambiente, temos demandado contrapontos aos projetos em curso na região, fazendo enfrentamentos e buscando diálogo, uma

vez que a voz do povo dificilmente é ouvida, buscamos caminhos que agilizem essa conversa.

Para o momento não temos a pretensão de aprofundar na problematização, isso é objeto para outro trabalho, afirmamos que o intuito, é fazer o relato e registro histórico da ação dos atingidos, como já apontado anteriormente.

Vejamos a seguir algumas das atividades que foram feitas no decorrer dos últimos sete anos para publicizar a pauta das populações atingidas, provocar o diálogo e garantir os direitos. Selecionamos atividades relacionadas às PCHs, desmatamentos de Gérias/Cerrado por empresas do agronegócio e à pauta dos atingidos expostas no quadro a seguir, evidenciando a ligação direta às ações das empresas barrageiras e do agronegócio.

CONFLITO	PERÍODO	ATIVIDADE/OBJETIVO
PCHs Caiçara Gavião	Junho/2013	Impedir audiência pública proposta pelo IBAMA para liberação de Licença Prévia para PCHs de Caiçara e Gavião no rio Carinhanha.
Desmatamento de Cerrado	Outubro/2013	Impedir realização de audiência pública que objetivava liberar o desmatamento de 25 mil hectares de Cerrado em pé município de Correntina.
	Fevereiro/2014	
	Abril/2014	
Ordem judicial para estudo que viabilizaria a PCH de Arrodeador no Rio Formoso	Fevereiro/2015	Acampamento para impedir a entrada de técnicos da empresa Data Traffic para realizar estudo nas terras dos atingidos /as.
Agressões ao meio ambiente/ Violação de direitos Humanos	Março/2015	Ocupação do INEMA (Regional de Santa Maria) para apresentar pauta dos atingidos ao governo do Estado sobre as questões ambientais e violações dos Direitos Humanos ocorridas na região no último período sejam com os projetos de barragens quanto com a grilagem de terras.
	Março/2017	Ocupação do INEMA Ocupação do INEMA (Regional de Santa Maria) para prosseguir com negociação da pauta governo do Estado.
Superexploração das águas rios pelas empresas do agronegócio, o caso de Correntina.	Março/2018	Discutir com a população sobre as propostas de privatização das águas e apropriação pelas grandes corporações capitalistas e participar do FAMA 2018
Possível contaminação do São Francisco pelo crime da Vale em Brumadinho, MG	Fevereiro/2019	Ato de solidariedade às vítimas do Crime da Vale em Brumadinho e Discutir com a população sanfranciscana os riscos da contaminação do rio São Francisco pelos rejeitos da lama tóxica da barragem de Córrego do Feijão e as garantias dos direitos dos atingidos.

Todas as atividades apresentadas no quadro acima, aconteceram com articulações entre diversos sujeitos de luta sociais da região, tais como Pastoral da Juventude do Meio Popular/PJMP, CPT, AATR, Escola Família Agrícola Padre André/EFAPA, Fecho de Pasto, SINDTEC, STTRs, Paróquias, Ambientalistas entre outros, contudo houve grande esforço coletivo do MAB no processo de organização, mobilização de participantes e trabalho organizativo para que as atividades acontecessem. Destacamos imagens sobre algumas dessas atividades elencadas.

Nos anos de 2013/2014 os atingidos com outras organizações impediram que acontecessem 3 audiências públicas para liberação de desmatamento de 25 mil hectares de Cerrado entre os rios Santo Antônio e do Meio no município de Correntina, para o empreendimento Fazenda Barra Velha do grupo Mizote, pois tal empreendimento aumentaria os riscos/danos aos rios citados que já estão debilitados. Em cada audiência mobilizou-se mais 350 pessoas para a ação.

Sobre os conflitos com as PCHs, destacamos a luta na beira do rio Formoso. Nessa ocasião 16 atingidos idosos receberam ordem judicial para que a técnicos da empresa adentrassem em suas áreas para realização do estudo para viabilidade do Projeto da PCH Arrodeador, sob multa de 500 reais por dia caso descumprissem a ordem judicial. Os atingidos, 100 pessoas, organizaram um acampamento e revezavam-se na entrada da comunidade para impedir que os estudos fossem feitos e resistiram até que a juíza reconsiderasse sua decisão por intermédio do Ministério Público Estadual.

Diante de uma intensa ofensiva das empresas tanto para construções de barragens quanto para desmatamentos de Cerrado e outorgas para exploração das águas superficiais e subterrâneas, quanto grilagem das terras, em março de 2015, 500 pessoas ocuparam o INEMA, escritório regional de Santa Maria da Vitória, e só saíram mediante recebimento de uma comissão presente em Salvador para apresentação da pauta de reivindicação e estabelecimento de diálogo para resolução dos conflitos e garantias dos direitos dos atingidos. A morosidade do estado em atender às reivindicações das populações atingidas ocuparam a sede do INEMA em março de 2017.

Em março de 2018 por ocasião de Fórum Alternativo Mundial das Águas/FAMA<sup>11</sup>, realizamos com a Via Campesina, Pastorais Sociais entre outros, uma marcha de Bom Jesus da Lapa à Correntina discutindo com a população a questão das águas, dos rios, as mudanças na legislação para implementar aos poucos a privatização das águas e torná-la mercadoria para garantir lucros extraordinários e o controle privado das águas para grandes corporações internacionais. Na ocasião, denunciemos a criminalização dos camponeses no conflito entre ribeirinhos do rio Arrojado e o agronegócio representado pelo grupo Igarashi ocorrida em novembro de 2017. Participamos com uma delegação de 100 pessoas no Fórum aconteceu em Brasília, DF,

Com um coletivo de organizações sociais, pastorais, igrejas, construímos um ato em Solidariedade às vítimas do rompimento da barragem de rejeitos

---

<sup>11</sup>O FAMA, é o fórum organizado pelos que se preocupam com a água como bem comum, como direito e combatem a vertente que tenta transformá-la em mercadoria para o lucro das empresas. É o contraponto ao Fórum Mundial da Água que é organizado pelas corporações internacionais como a Coca Cola, Nestlé... com apoio e financiamento público para discutirem as propostas capitalistas de apropriação das fontes naturais de água e dos serviços de abastecimento e saneamento básico.

tóxicos de mineração da Vale em Brumadinho, MG e dialogamos com a população sobre os possíveis riscos de contaminação do Rio São Francisco, uma vez que o rio Paraopeba que está morto/contaminado é afluente do Velho Chico. Debatendo os riscos que trazem os processos de privatizações, os lucros para as empresas e os prejuízos a toda a sociedade,

Todas as ações de luta e resistência apresentadas, devem ser analisadas, entendidas dentro de um processo organizativo contínuo, que considera o tripé organização, formação e luta, ambas acontecem simultaneamente, uma é indispensável para que a outra aconteça, não há uma hierarquização entre elas, nem algo que possa ser deixado pra depois, considerada como menos importante. Todos esses processos registrados subtendem em torno de sim, muito trabalho organizativo e compromisso militante para que ocorram e apresentem no horizonte esperança de mudança para as populações atingidas na garantia de seus direitos, defesa do meio ambiente e de seus territórios.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estes escritos, um exercício do registro histórico da luta e organização e resistência dos atingidos por barragens, representa um esforço, de a partir da ação militante, materializar em texto o fazer organizativo traduzido em uma síntese com algumas das ações feitas ao longo dos anos na/pela organização. É impossível abordar todas as questões, ações desenvolvidas no/pelo MAB nesse 20 anos de história na região. O texto é apenas um ensaio, importante a ser feito, mas não esgota a riqueza do trabalho desenvolvido.

Muitas questões importantes não puderam ser consideradas, algumas por opção em apenas relatar fatos/ações sem expor o processos organizativos internos, outras pra não delongar ainda mais o texto, visto que os temas necessitariam problematização, aprofundamento, para além da descrição apresentada. Tais como o debate da produção camponesa, ações que o MAB vem trabalhando junto às famílias atingidas, abordando a produção de alimentos saudáveis, agroecológicos, bem como a participação da mulher na construção do movimento, que em sua maioria é quem mantém, coordena os trabalhos nas comunidades atingidas, tomando a linha de frente na organização.

São muitos os desafios no processo de sistematizar a prática dos movimentos sociais, sobretudo em conjunturas como a atual, onde se aprofunda a perseguição, criminalização ameaças e assassinatos de defensores e defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente, torna-se um risco ser militante de causas populares. Todavia a roda da história não para, o novo precisa ser construído, é preciso romper as correntes que nos aprisionam.

## **REFERÊNCIAS**

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Regiões Administrativas da Bahia, mapas. Acesso em 27/07/2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). *Pesquisar – Participar in Pesquisa Participante*. 3ª Reimpressão da 8ª Ed. São Paulo. Brasiliense. 2006.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do oeste baiano (1501-1827). Boletim Goiano de Geografia. V. 29. N. 01. P. 47-56. Jan/jun. 2009.

\_\_\_\_\_. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). GeoTextos, vol. 6, n. 1, p. 35-50. jul. 2010.  
BRASIL, Incra. O que é grilagem? Disponível em: <http://www.incra.gov.br/oquegrilagem>. Acesso em: 08/04/2019

CONGEMAS. Mapa Territórios de Identidade da Bahia. Disponível em: <http://coegemas.blogspot.com/p/territorios-de-identidade-ba.html>. Acesso em: 24/08/2018.

GEOGRAFAR, Inventário Social das Barragens. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br>. Acesso em: 06/05/2018.

JAUMONT, Jonathan. VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, p. 414-464. 2016.

MURAL DO OESTE. Mapa Território de Identidade da Bahia. Disponível em: <http://muraldooeste.com/o-territorio-da-bacia-do-rio-corrente>. Acesso em: 24/08/18.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. Análise histórico/geográfica do Oeste da Bahia: breve levantamento dos movimentos de divisão no contexto de formação territorial. Anais do VII CBG. Disponível em: [www.cbg2014.agb.org.br/](http://www.cbg2014.agb.org.br/). Acesso em 27/07/2018.

SILVA, Eumano. ALVES, Gilberto. O levante dos ribeirinhos. 2018. Disponível em: [www.metropoles.com/materias-especiais/ribeirinhos-e-fazendeiros-travam-batalha-na-bahia-por-escassez-de-agua](http://www.metropoles.com/materias-especiais/ribeirinhos-e-fazendeiros-travam-batalha-na-bahia-por-escassez-de-agua). Acesso em: dia 08.04.19

VÁRIOS AUTORES. Documento de denúncia e reivindicação da Audiência Pública sobre legislação ambiental do Estado da Bahia, organizada pelo Território Velho Chico. Bom Jesus da Lapa, 2007. Texto não publicado.

ZEN, E. L. FERREIRA, A. R. L. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). In. Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTO, G. Orgs. São Paulo. Expressão Popular, 2012.